

TAXA DE CÂMBIO, EXPORTAÇÃO E A BALANÇA COMERCIAL

Gregory Moyses Volpato

*Aluno da disciplina de Finanças Internacionais da Universidade de Caxias do Sul, Campus
Universitário da Região dos Vinhedos.*
gmvolpato@ucs.br

Diogo Fávero Pasuch

*Bacharel em Ciências Contábeis – UCS; Especialista em Educação a Distância – Senac;
Mestre em Contabilidade e Controladoria - Unisinos,
Doutorando em Contabilidade Uminho/Aveiro Portugal.*
diogo@diveneto.com.br

Este artigo relaciona as variações cambiais com a balança comercial brasileira no período de 2012 a 2015, buscando identificar possibilidades que possam afetá-la de forma negativa, mesmo em períodos de apreciação cambial. Com o objetivo de encontrar os motivos pelos quais a desvalorização do real não se converteu em *superávits* na balança comercial, foram analisados saldos comerciais dos anos citados e seus respectivos motivos, utilizando-se de figuras explicativas. O trabalho conclui que há outras variáveis que devem ser consideradas para a análise do saldo da balança comercial, tais como: produtos exportados, política do país, os mercados externos e a inflação.

Palavras-chave: Balança Comercial, Dólar, *Déficit*, Exportações.

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2015, a economia brasileira tem enfrentado processos inflacionários e de desvalorização do real resultantes da crise externa na Europa, do possível calote grego, da diminuição das previsões do PIB chinês e do lento processo de recuperação financeiro norte-americano após a crise de 2008. Os atritos nas relações entre Oriente Médio e Europa, a possível deflação econômica em alguns países e a baixa internacional nos preços das commodities, também são circunstâncias citadas pelo Banco Central do Brasil em seu relatório da inflação de março de 2015, como responsáveis pela apreciação contínua do dólar norte-americano.

A instabilidade política brasileira impulsionada pelos escândalos de corrupção tem afetado o câmbio de forma negativa, fato verificado em 29/03/2015 quando o dólar atingiu a marca de R\$ 3,29, BACEN (2015). Este valor só é superado pelo dia 22 de outubro

de 2002, mês da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em que a imprevisibilidade comandava o mercado financeiro fazendo com que o câmbio fechasse a R\$ 3,95, conforme dados do BACEN (2003).

O Brasil adotou a partir de 1999, a taxa de juros flutuante visando proteger as reservas cambiais. Entretanto a volatilidade mencionada anteriormente, se deve ao fato do país ficar submisso às variações do mercado, atrelando suas exportações e importações ao sobe e desce do dólar. Conforme Vasconcellos (2014) as exportações são estimuladas quando o dólar estiver alto. Também são impulsionadas pelos incentivos às exportações, aumentos na renda mundial e nos níveis gerais de preços; internos e externos.

O objetivo deste artigo é verificar a ligação entre a alta do dólar em períodos específicos com balanças comerciais *deficitárias*, como exemplificados nos anos de 2012 a 2015. Serão utilizados conceitos da teoria econômica, iniciando-se com uma introdução ao comércio internacional. Posteriormente será apresentado um histórico recente da balança comercial brasileira. Na terceira fase serão identificados números das exportações e dos balanços a partir de figuras explicativas, relacionando-os com prováveis causas dos *déficits* nos saldos comerciais. Esta pesquisa será finalizada com as considerações finais do estudo.

1. A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O setor externo de um país pode ser a válvula de escape nas contas nacionais. Na contabilidade de uma nação, o comércio internacional é um fator determinante no nível econômico. Porém, no período mercantilista as nações possuíam muitas restrições às trocas internacionais e criavam barreiras às importações. Tal comportamento afetou as relações comerciais negativamente, levando as exportações a níveis baixíssimos.

A reputação do comércio internacional continuou a existir até 1817, quando o economista londrino David Ricardo apresentou ao mundo a Teoria das Vantagens Comparativas, relacionando a produção de vinhos e tecidos de Portugal e Inglaterra. Nesta Teoria, levando-se em conta somente um fator de produção, a mão-de-obra, chegou-se a conclusão de que se um país produzisse um produto a um custo menor e com menos horas trabalhadas, e outro país produzisse um diferente nestas condições, um eventual comércio seria lucrativo, contanto que se exportasse sempre a mercadoria em que se obtivesse vantagem. Desta forma comprariam mercadorias em que seria custoso produzir, e venderiam aquelas que exigissem menos custo e mão-de-obra. Esta visão foi um grande marco para as relações comerciais internacionais, visto que estimulou as trocas e fomentou o comércio ao

nível globalizado atual.

O aprimoramento das relações internacionais permitiu que os economistas decifrassem novos benefícios. Rossetti (1994) relaciona a abertura ao comércio internacional com um posterior desenvolvimento econômico. Países menos desenvolvidos, que possuem menos perspectivas de aquisições de novos bens devido à fragilidade dos meios de produção, podem sentir-se atraídos pelo leque de oportunidades que as trocas podem oferecer, permitindo uma visão mais consumista que pode vir a aumentar a captação de poupança e acumulação de capital, princípios básicos para o desenvolvimento econômico. No caso de crises internas, as empresas poderão realizar suas vendas no exterior, diminuindo os estoques. A sazonalidade de alguns produtos também pode ser sanada com as trocas internacionais.

No âmbito governamental, o comércio pode ser utilizado como um instrumento para políticas internacionais agressivas. As tarifas internacionais e a formação de blocos econômicos, como a União Europeia, permitem livre troca de mercadoria e diminuição de processos burocráticos. O acordo de *Bretton Woods* em 1944 foi pioneiro nos acordos internacionais monetários, modificando completamente as relações cambiais entre os países, de acordo com Furtado (2000).

2. A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

A relação brasileira com o comércio internacional se intensificou com a implantação do Plano Real em 1994, durante o governo de Itamar Franco com o apoio de Fernando Henrique Cardoso, então ministro da fazenda. Após uma reforma monetária inicial, o governo intensificou os seus esforços ao cambio, estipulando bandas cambiais que fixaram limites às variações. Esta ação permitiu uma valorização do real, aumentando importações e concorrência interna, reduzindo os preços internos. Entretanto, se antes de 1994 a balança comercial brasileira mostrava-se superavitária, o Plano Real acabou transformando este panorama, pois as importações cresceram de forma demasiada. Com o aumento da demanda doméstica e a apreciação cambial, as exportações caíram drasticamente, forçando o governo brasileiro a constantes financiamentos externos, causando aumentos no endividamento externo.

O ato de recorrer ao financiamento externo para cobrir *déficits* na balança ainda persiste nas economias mundiais. Froyen (2013) relata a preocupação norte-americana com

o crescente endividamento externo, oriundos de uma balança comercial deficitária em 6% do PIB em 2006. Todavia, o aumento da dívida externa não era a única saída para o modelo brasileiro.

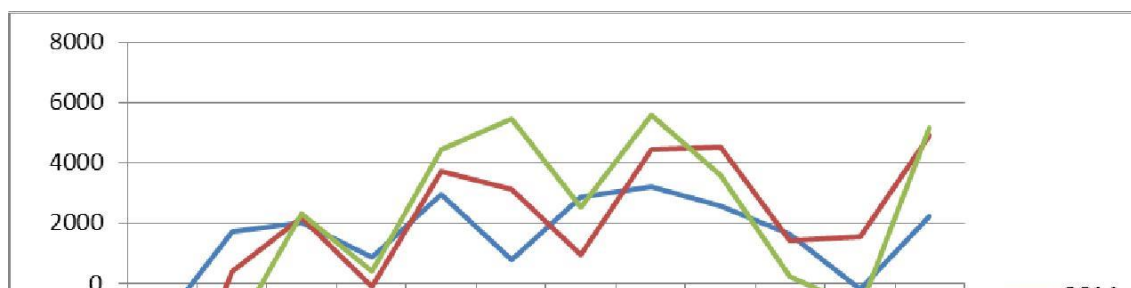
A outra opção governamental era permitir o aumento inflacionário, porém levando-se em consideração que o objetivo da política econômica era o controle sobre a inflação, permitiu-se que a balança se tornasse deficitária, amenizada pelo aumento dos preços das *commodities* da época. Este modelo perdurou até 1999, com a criação do COPOM e as metas para a inflação. As metas da inflação surgiram após as crises na Ásia, que praticamente inibiram as exportações e derrubaram os preços das *commodities*, posteriormente desvalorizando o real.

A depreciação do real e as crises políticas internas com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva elevaram o dólar a valores recordes, estimulando as exportações e ao *superávit* da balança comercial a níveis comparáveis aos anos 70. Após superar outra crise externa, os anos subsequentes foram de prosperidade no comércio internacional brasileiro. A balança comercial manteve-se estável até a crise de 2008, no qual todo o setor externo encontrou-se turbulento. Apesar da crise, o Brasil conseguiu fechar os anos seguintes com *superávits* reduzidos, mas que se mantiveram até janeiro de 2012. A expansão dos preços de manufaturados exportados neste período foi apontada como propulsora deste movimento superavitário, segundo MDIC (2012).

3. ANÁLISE DE DADOS

Como mencionado anteriormente, a primeira década deste século representou contínuos *superávits* nos saldos comerciais. Entretanto, o governo implantou políticas de distribuição de renda e de estímulos ao consumo que melhoraram a participação das classes pobres no mercado de produtos e serviços. Este aumento na renda de milhões de consumidores aqueceu o mercado interno e acelerou a economia. A contrapartida das ações dos governantes foi um aumento gradual de importações, principalmente de bens duráveis, que em conjunto com a crise externa diminuíram o saldo das exportações.

Figura 1 – Saldo da Balança Comercial entre 2012 e 2014



Fonte: Elaboração própria com base em dados da base histórica do BACEN

Se observarmos a figura 1, encontraremos um padrão na balança comercial brasileira nos anos abordados por este artigo. O mês de janeiro de 2012 teve um *déficit* no valor de US\$ 1,30 bilhão, maior valor negativo para o mês referido na base histórica. Neste mês a média do dólar foi de R\$ 1,79 e a balança foi duramente afetada pela retração nas economias europeias, fruto da crise de 2008, dados do MDIC (2013). O relatório do fundo monetário internacional diminuiu as projeções de crescimento para os países europeus, prevendo retração do PIB em 0,3%. De acordo com o relatório de inflação do Banco Central do Brasil de março de 2012, este período ficou caracterizado pelo enfraquecimento da demanda externa.

Em 2012 a balança comercial voltou a ficar negativa no mês de novembro, mesmo apresentando exportações recordes para a época, de produtos manufaturados, segundo MDIC (2012). Os fatos das exportações terem sido recordes para o ano de 2012 e a média do dólar ter sido a segunda maior deste período no valor de R\$ 2,67 não garantiram o *superávit*. Todavia, não foram apenas as exportações que aumentaram como também as importações, principalmente de matérias-primas e intermediários, oriundos da China e EUA. Os demais meses apresentaram *superávit* na balança comercial, assim como na alta do dólar. Entretanto havia preocupação do governo brasileiro quanto aos meses que viriam, devido à continuidade da crise na Europa e a economia argentina em forte retração. Especificamente o caso argentino, integrante do MERCOSUL e um dos maiores parceiros comerciais brasileiros.

O ano de 2013 começou de forma muito negativa para o comércio internacional brasileiro. A instabilidade financeira mundial foi comprovada com os índices indicadores de atividade na Europa, EUA, Japão e Reino Unido. As previsões de retrações nas economias das nações desenvolvidas já preocupavam o Brasil no final de 2012, e se confirmaram com a redução dos preços das *commodities*. As incertezas fiscais e financeiras frearam o consumo e os investimentos. O aumento do desemprego no mundo foi contribuinte para uma visão pessimista sobre os próximos meses. Um dos produtos mais afetados no mês de janeiro, no qual o *déficit* na balança comercial chegou a US\$ 4,035 bilhões, foi o petróleo. Este produto específico teve um decréscimo de 69,5% na exportação, constatado pelo MDIC (2013).

Um dos fatores amenizadores do primeiro semestre de 2013 foi às perspectivas boas em relação à China, grande compradora de grãos e metais brasileiros. No ano em análise, sua participação nas exportações brasileiras estava em 19%. O baixo crescimento americano e a crise argentina ainda refletiram nestes balanços, visto que suas participações representaram 10,3% e 8,1% respectivamente, conforme MDIC (2013).

Analisando o ano de 2014, encontramos muitas semelhanças gráficas aos períodos anteriormente estudados. A explicação governamental para mais um mês de janeiro deficitário, foi de que o país estava passando por um período de entressafra e reposição de estoques. A retração nos primeiros meses também pode ser explicada pela continuação da crise econômica argentina, em especial nas importações de automóveis. O setor automotivo brasileiro vinha apresentando crescimento há mais de uma década, todavia o maior parceiro comercial automotivo continuou a impor barreiras às importações visando diminuir a saída de moeda estrangeira, por BACEN (2014). Houve quedas internacionais de preços nos produtos manufaturados e semimanufaturados como o açúcar. A soja e os minérios novamente estiverem nas primeiras posições das exportações, que também demonstraram crescimento nas vendas de carnes ao exterior. O dólar manteve-se estável até a metade do ano, tendendo ao crescimento até o final de 2014.

O ano de 2015 nem chegou à metade, mas a economia brasileira neste começo de ano já enfrentou muitos desafios. Após as eleições, o dólar apreciou rapidamente cercado por indefinições no mercado financeiro e as expectativas pela definição de um novo ministro da fazenda. Com a efetivação de Joaquim Levy como ministro da fazenda o dólar recuou, porém as frequentes divergências de opinião entre o ministro e a presidente têm se mostrado prejudiciais à economia.

O reajuste fiscal e monetário desejado tem encontrado seguidas restrições do

senado, dificultando a volta do crescimento econômico. Durante as eleições de 2010, o Brasil utilizou-se dos *superávits* primários para estímulos e subsídios, que expandiram gastos fiscais que não eram mais necessários, como atesta Pastore (2015).

Outro fator importante para o não atingimento da estabilidade é a crescente alta de juros aplicada pelo Banco Central, elevada a 13,75% no mês de maio. A inflação brasileira tem sido crescente, pulando de 6,5% ao ano em janeiro de 2015 para 8,3% no mês de maio de 2015, dados do BACEN.

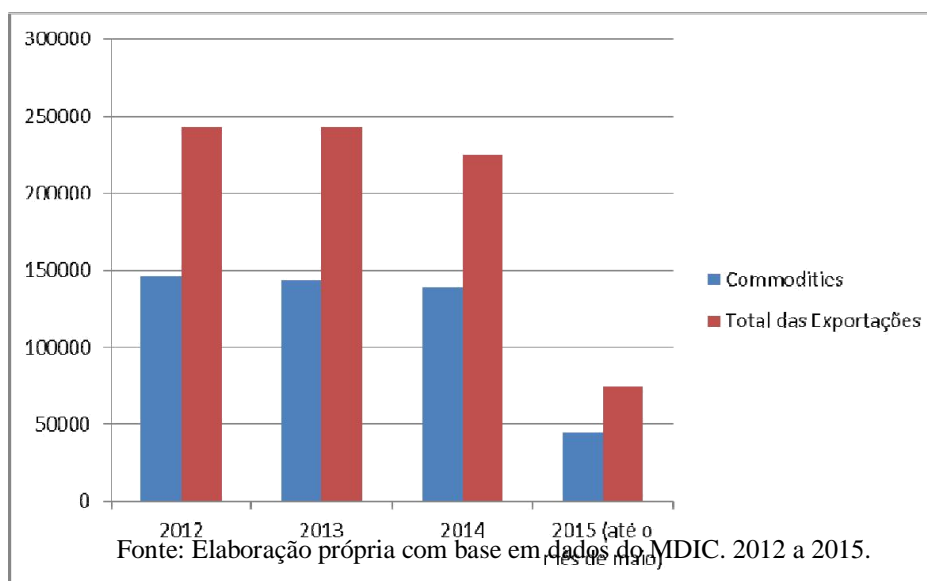
A inflação deve ser encarada com um atenuante nas relações comerciais. Altas na inflação encarecerão os preços nacionais, desestimulando a produção interna, e consequentemente aumentando as importações. Esta situação pode ser contornada, mas como cada decisão econômica implicará em consequências, uma eventual depreciação induzida do real, não impedirá que produtos essenciais ao mercado nacional sejam importados. Todo este processo poderá acarretar em uma disfunção dos preços internos. Desta forma, uma das razões para a balança comercial fechar com um saldo de apenas US\$ 458 milhões em março de 2015 foi uma inflação de 1,32% no mês, alavancada pela crise energética, dados do valor econômico (2015). Tabela 1 – Balança Comercial, Dólar Médio e Exportações nos meses deficitários entre 2012 e 2015.

Meses Deficitários 2012 a 2015	Saldo da Balança (Em bilhões de dólares US\$)	Média mensal do Dólar (Em Real R\$)	Saldo Total das Exportações (Em bilhões de dólares US\$)
Jan/12	- 1308	1,791	16140
Nov/12	- 194	2,067	20472
Jan/13	- 4048	2,031	15967
Fev/13	- 1286	1,973	15549
Abr/13	- 1007	2,002	20631
Jul/13	- 1907	2,252	20807
Out/13	- 240	2,189	22821
Jan/14	- 4068	2,382	16026
Fev/14	- 2129	2,384	15934
Set/14	- 940	2,333	19617
Out/14	- 1177	2,448	18330
Nov/14	- 2351	2,538	15646
Jan/15	- 3174	2,638	13704
Fev/15	- 2842	2,817	12092

Fonte: Elaboração própria com dados da base histórica do BACEN e da Associação Comercial do Estado de São Paulo, 2015.

A tabela 1 compara todos os meses deficitários entre janeiro de 2012 e maio de 2015, com os números das exportações e o dólar mensal para cada período. O período apresentou aumento gradativo do dólar, assim como queda nas exportações. Esta combinação pode resultar em futuras balanças deficitárias, e consequente financiamento externo, se comprovado constante.

Figura 2 – Participação das Commodities na balança comercial.



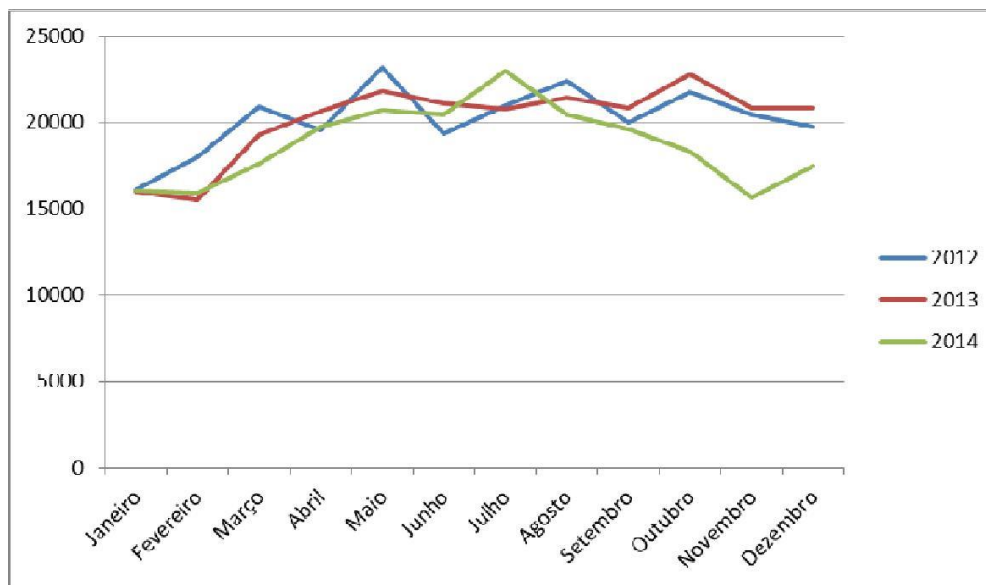
A figura 2 demonstra a participação das *commodities* no total dos produtos exportados pelo Brasil no período de 2012 a maio de 2015. Incluem-se nas *commodities* os produtos semimanufaturados, tais como; açúcar, celulose e derivados do ferro. Tradicionalmente nosso país exporta grande quantidade destes produtos, ocupando o segundo lugar das exportações brasileiras no ano de 2014, segundo dados consolidados da balança comercial, fornecidos pelo MDIC, 2015.

Os produtos básicos e semimanufaturados, que representaram 48% das exportações de 2014, estão vinculados a índices de preços internacionais que não permitem grandes volatilidades. Esta dependência faz com que o comércio brasileiro perca poder de barganha, e direciona parte dos rumos comerciais. Os números superavitários apresentados nos anos 2000 foram ancorados parcialmente pelos constantes preços das *commodities*.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA ,2012) verificou aumento na participação de produtos básicos nas exportações de 26,3% para 44,6% entre os anos de 2010 a 2011. Houve uma redução dos manufaturados de 57,5% para 39,5%

no mesmo período. O estudo concluiu que o aumento da porcentagem das *commodities* nos saldos finais da exportação se deveu ao aumento dos preços destas mercadorias na ordem de 2,7 vezes entre os anos considerados, fato que comprova o condicionamento do comércio internacional brasileiro por produtos primários.

Figura 3 – Nível de exportação entre 2012 e 2014.



Fonte: Elaboração própria com dados da base histórica do MDIC.

As exportações de soja e minérios de ferro, que frequentemente apoiam a balança comercial em momentos instáveis, podem ser observadas na figura 3 das exportações entre 2012 e 2015, especificamente no mês de maio, safra brasileira. O grande problema é quando por algum motivo externo, os produtos básicos sofrem quedas de preços generalizadas, deixando o país de mãos atadas. Esta questão não se restringe exclusivamente ao Brasil, mas a todos os países latino-americanos.

O conceito de elasticidade-renda pode nos ajudar a entender melhor este processo. Esta teoria sobre demanda e oferta pode mostrar quão sensível um bem é a uma variação na renda dos consumidores. Dividindo a porcentagem da variação da quantidade demandada de um bem pela variação de renda, identificaremos sua sensibilidade à renda. Os produtos manufaturados possuem uma elasticidade-renda maior que um, estando mais suscetíveis a aumentos na renda mundial. Aplicando a regra básica econômica, que tudo o mais permanece constante, a renda pode ser uma variável importante no comércio internacional. Teoricamente países desenvolvidos produzirão manufaturados em maior quantidade, e devido a seu valor agregado, aumentarão sua renda gerando um processo contínuo. Esta constatação é defendida pela corrente estruturalista, conforme Vasconcellos

(2014) no qual países desenvolvidos seriam beneficiados pelo comércio internacional por sucessivos aumentos na renda mundial.

CONCLUSÃO

A avaliação dos dados demonstrou que a valorização do dólar isoladamente não é garantia para a obtenção de uma balança comercial superavitária. Devem ser consideradas as demais variáveis, tais como: os produtos exportados, as políticas de comércio internacional, os mercados de atuação e a inflação.

O Brasil tem como principais produtos exportados *commodities* que são dependentes de índices internacionais. O aumento ou a diminuição no preço de produtos básicos, como minérios e carnes contribui de forma significativa no saldo comercial do país. Este fato pode ser observado especificamente na balança comercial do mês de maio nos diferentes anos, em que historicamente a balança se mostra superavitária devido a grande remessa de produtos primários sazonais, como a soja.

As políticas de um governo também influenciarão a balança comercial, como relatado na implantação do Plano Real em 1994. Um país poderá movimentar a balança positivamente através de subsídios e incentivos aos exportadores com o intuito de fortalecer as empresas brasileiras em eventuais crises, se desfazendo de estoques maiores no qual a demanda interna não consumirá e acelerar a entrada de moeda estrangeira nas contas nacionais. Países em que o mercado interno encontra-se enfraquecido poderão também atuar de maneira defensiva, dificultando a entrada de mercadorias através de tarifas e barreiras alfandegárias, evitando assim que multinacionais sufoquem a competitividade das empresas nacionais.

Os maiores parceiros comerciais do país também serão determinantes para a balança comercial. Crises externas nestes países afetam diretamente as nações envolvidas economicamente, tese comprovada na análise dos déficits dos meses de janeiro e novembro de 2012. Atualmente a dependência de economias externas continua. A bolsa de valores brasileira acompanha de perto a desaceleração da economia chinesa e o lento crescimento americano. Tese que se comprova se levarmos em consideração que a China participou de 18,4% das exportações brasileiras registradas na balança comercial divulgada até o mês de maio de 2015 pelo MDIC.

A inflação possui grande representatividade no resultado comercial, como pode ser comprovado no momento atual, 2015, da economia brasileira. O descontrole inflacionário apresentados nos índices IPCA em conjunto com os constantes aumentos da

taxa de juros pelo Banco Central do Brasil têm ofuscado a alta do dólar no saldo comercial final. Por mais que este estudo tenha encontrado razões para o *déficit*, somente a análise de um período mais longo permitirá avaliar os reais impactos do dólar nas exportações e possíveis variáveis desconhecidas neste artigo.

EXCHANGE RATE, AND THE EXPORT TRADE BALANCE

ABSTRACT This Article lists the exchange rate fluctuations with the Brazilian trade balance in the period of 2012 to 2015, seeking to identify opportunities that are likely to affect it in a negative way, even in periods of exchange rate appreciation. With the objective to find the reason that the devaluation of the Brazilian real has not resulted in surpluses in the balance of trade, were analyzed trade balances of the years and their respective reasons, using explanatory figures. The study concludes that there are other variables that should be considered for the analysis of the balance of trade, such as; the exported products, foreign markets, politics in the country and inflation.

Key-words: Trade Balance, Dollar, Exports.

REFERÊNCIAS

BACEN, BANCO CENTRAL DO BRASIL. (2002 a 2015). Acesso em 07 de Junho de 2015. Disponível: <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>

BRASIL EM DESENVOLVIMENTO 2011. **Estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: IPEA, 2012.

Furtado, Milton Braga (2000). **Síntese da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: LTC.

Froyen, Richard T. (2013). **Macroeconomia. Teorias e Aplicações**. Tradução: Cecília Camargo Bartalotti. – 2 Ed. São Paulo: Saraiva.

Mdic – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. (2002 a 2015). Acesso em 06 de Junho de 2015. Disponível em: www.mdic.gov.br/comercio-exterior.

Pastore, Affonso Celso (2015). **Inflação e Crises. O papel da moeda**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Rossetti, José Paschoal (1994). **Introdução à Economia**. 6. Ed. São Paulo: Atlas.

VALOR, VALOR ECONÔMICO. (2015). Acesso em 08 de Junho de 2015. Disponível em: www.valor.com.br/brasil/3988460/balanca-comercial-tem-em-marco-primeiro-superavit-mensal-de-2015

Vasconcellos, Marco Antonio Sandoval de; Garcia, Manuel Enriquez (2014). **Fundamentos de Economia**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva.